

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE MINAS
GERAIS EXAME DE ORDEM - AGOSTO/2001-10-31 CADERNO
DE PROVA PROVA OBJETIVA - 1ª ETAPA - 19/08/2001**

INSTRUÇÕES

- 01.
- 02.
- 03.
- 04.
- 05.
- 06.
- 07.
- 08.
- 09.
- 10.

Leia com aten
Não é permi
Responda n
Leia com aten
Só é permiti
Não será pe
Entregue a f
Não haverá
Use somente
Não é permi

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

QUESTÃO N° 01

Sobre a ação de consignação em pagamento, marque a opção **CORRETA**:

- a) Tratando-se de prestações periódicas, o devedor é obrigado a propor, para cada parcela que se for vencendo, uma ação de consignação específica;
- b) O autor requererá ao juiz autorização para depositar a quantia ou coisa devida somente após o trânsito em julgado da sentença que julga procedente o pedido de consignação;
- c) Quando a contestação o réu alegar que o depósito não é integral, é lícito ao autor completá-lo, dentro em dez (10) dias, salvo se corresponder a prestação, cujo inadimplemento acarrete a rescisão do contrato;
- d) Se o réu alegar na contestação que o depósito é insuficiente, fica impedido de levantar, desde logo, a parte incontroversa da quantia ou da coisa depositada.

QUESTÃO N° 02

Sobre a ação de prestação de contas, marque a opção **INCORRETA**:

- a) Ação de prestação de contas poderá ser proposta por quem tem o direito de exigi-las ou por aquele que tem a obrigação de prestá-las;
- b) A sentença que julgar procedente a ação proposta por aquele que pretende exigir a prestação de contas, condenará o réu a prestá-las no prazo de quarenta e oito (48) horas, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar;
- c) Por ser de rito especial, na ação de prestação de contas o réu será citado para prestá-las no prazo de dez (10) dias, sendo-lhe defeso oferecer apenas a contestação desacompanhada das contas pretendidas;
- d) O saldo credor declarado na sentença poderá ser cobrado em execução forçada.

QUESTÃO N° 03

É **CORRETO** afirmar que ocorre o instituto da novação quando:

- a) Se repete ação que está em curso, sendo idênticos o objeto, as partes e a causa de pedir;
- b) O devedor contrai com o credor nova dívida, para extinguir e substituir a anterior;
- c) O autor fica impedido de intentar nova ação, por da azo à extinção do processo ao não promover os atos que lhe competir, abandonando a causa por mais de trinta (30) dias;
- d) O credor consentir em receber coisa que não seja dinheiro, em substituição à prestação que lhe era devida, extinguindo-se a obrigação.

QUESTÃO N° 04

Assinale a opção **INCORRETA**:

- a) É admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito;
- b) Além de outras hipóteses legais, o advogado precisa de poderes especiais para receber citação;
- c) Há assistência litisconsorcial quando a sentença houver de influir na relação jurídica entre o assistente e o adversário do assistido;
- d) Se o autor da herança não tinha domicílio certo, possuía bens do Brasil e no exterior; e faleceu no exterior, o lugar onde ocorreu o óbito define a competência para o inventário.

QUESTÃO N° 05

Assinale a opção **INCORRETA**:

- a) O transportador não pode se eximir de sua responsabilidade civil, provando que os danos sofridos pela pessoa decorrem de culpa de terceiro;
- b) O farmacêutico é responsável pela atuação culposa de preposto, mesmo provando inexistência de culpa *in vigilando* ou *in eligendo*;
- c) Se um jarro de flores cai da janela de um edifício, causando danos a outrem, o proprietário pode se eximir de responsabilidade, provando que um terceiro esbarrou acidentalmente no jarro;
- d) Quando as águas, artificialmente levadas ao prédio superior, correrem dele para o inferior, poderá o dono deste reclamar que se desviem, ou se lhe indenize o prejuízo que sofrer.

QUESTÃO N° 06

Sobre os elementos acidentais (modalidades) dos negócios jurídicos é **CORRETO** afirmar:

- a) O termo inicial, a exemplo da condição suspensiva, impede a aquisição do direito;
- b) As condições fisicamente impossíveis invalidam os atos a elas subordinados;
- c) A condição de não fazer coisa impossível tem-se por inexistente;
- d) Ao titular do direito eventual, no caso de condição suspensiva, não é permitido exercer os atos destinados a conservá-lo.

QUESTÃO N° 07

Assinale a opção **INCORRETA**:

- a) O instituto do FIDEICOMISSO assegura ao fiduciário a propriedade resolúvel da coisa legada;
- b) O fideicomisso e o usufruto são extintos, respectivamente, com o falecimento do fideicomissário antes do fiduciário e com o falecimento do nu-proprietário antes do usufrutuário;
- c) São nulos os fideicomissos além do segundo grau;
- d) O nu-proprietário, observados os direitos do usufrutuário, pode dispor do bem que se encontra gravado com o usufruto.

QUESTÃO N° 08

É **CORRETO** afirmar que:

- a) O bem, cuja propriedade é disputada, pode ser objeto de seqüestro;
- b) O arresto é cabível quando há fundado receio de extravio ou de dissipação de bens, mesmo não havendo certeza ou liquidez da dívida;
- c) Na medida cautelar de arresto é obrigatória a audiência de justificação prévia;
- d) Após o deferimento do pedido de arresto, mesmo se o devedor prestar caução suficiente para a garantia da dívida, custas e honorários de sucumbência, não se suspende a execução da medida cautelar.

QUESTÃO N° 09

Indicar a opção **INCORRETA**:

- a) A posse indireta não subsiste sem a posse direta;
- b) No desdobramento da posse em direta e indireta, o titular do domínio transfere algumas de suas faculdades a outrem;
- c) Na composesse a coisa é possuída em comum, no mesmo grau, no mesmo plano jurídico;
- d) O instituto da posse se identifica com o da detenção.

QUESTÃO N° 10

Indique a assertiva **INCORRETA**:

- a) É um dos requisitos para a concessão da tutela antecipada, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;
- b) O assistente técnico tem o prazo de dez (10) dias, para apresentar seu parecer, contado de sua intimação pessoal da juntada aos autos do laudo do perito oficial;
- c) A citação, ordenada por juiz competente, produz os efeitos cumulativos de tornar prevento o juízo, induzir litispendência, tornar litigiosa a coisa, constituir em mora o devedor e interromper a prescrição;
- d) A parte prejudicada pela decisão interlocutória que deferir, *initio litis*, tutela antecipada tem dez (10) dias para agravar.

QUESTÃO N° 11

A compra e venda pura e simples considerar-se-á obrigatória e perfeita quando:

- a) Tenham sido estabelecidas no contrato a forma e as condições de pagamento;
- b) Exista proposta anterior, ainda que tácita;
- c) Há pleno acordo quanto ao preço e ao objeto;
- d) Ocorra a tradição da coisa, na hipótese de compra de bens imóveis.

QUESTÃO N° 12

Não se considera atentatório à dignidade da justiça o ato do devedor que:

- a) Resiste injustificadamente às ordens judiciais;
- b) Frauda a execução;
- c) Desobedece a ordem legal na nomeação dos bens à penhora;
- d) Se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos.

DIREITO COMERCIAL

QUESTÃO N° 13

Sobre o cheque, de acordo com o Direito positivo brasileiro, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) Quanto a cláusula ao portador: é vedada a emissão, pagamento e compensação, com valor superior a R\$ 100,00 (cem reais), sem a identificação do beneficiário;
- b) Quanto a cláusula à ordem: pode ser endossado mais de uma vez, desde que o endossatário seja identificado;
- c) A emissão sem provisão de fundos tipifica o crime de estelionato;
- d) A revogação ou contra-ordem, por via judicial ou extrajudicial, é privativa do emitente.

QUESTÃO N° 14

Quanto aos que se obrigam à concordata preventiva, assinale a opção **CORRETA**:

- a) Todos os credores da impetrante;
- b) Somente os credores com garantia real;
- c) Tão-só os credores quirografários comerciais ou civis;
- d) Todos os credores, indistintamente, com créditos vencidos e não pagos.

QUESTÃO N° 15

Quanto a contratos mercantis, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) O contrato de *factoring* (faturização) é real, consensual, bilateral, oneroso e de execução sucessiva;
- b) O contrato de seguro é aquele em que a *seguradora* se compromete a pagar soma em dinheiro ao *segurado* ou a *beneficiário* indicado, verificada a ocorrência de evento futuro e incerto, mediante o pagamento do *prêmio*;
- c) O contrato de *franchising* (franquia empresarial) é consensual, bilateral, oneroso, de execução continuada, comutativo e de duração limitada;
- d) O contrato de *leasing* (arrendamento mercantil), sem previsão expressa em diploma legal no Brasil, é bilateral, consensual, oneroso, comutativo, por tempo determinado e de execução sucessiva.

QUESTÃO N° 16

Quanto a dissolução, liquidação e transformação da sociedade, assinale a opção **CORRETA**:

- a) De acordo com o Código Comercial, as sociedades reputam-se dissolvidas pela vontade de um dos sócios, quando constituída por tempo indeterminado;
- b) A fusão não evita a liquidação;
- c) Na incorporação, a sociedade que se transforma (incorporadora) e a que se incorpora (incorporada) se dissolvem;
- d) Mesmo autorizada no ato constitutivo, a transformação exige o consenso

unânime dos sócios.

QUESTÃO N° 17

Assinale a opção **CORRETA**:

- a) A unidade do juízo falimentar é absoluta;
- b) A massa falida tem personalidade jurídica;
- c) É competente para declarar a falência o juiz em cuja jurisdição o devedor tem o seu principal estabelecimento ou casa filial de outra situada fora do Brasil;
- d) A sentença declaratória de falência antecipa o vencimento das obrigações sujeitas a condição suspensiva.

QUESTÃO N° 18

Assinale a opção **INCORRETA**:

- a) As ações são títulos de renda variável;
- b) As debêntures ao portador são títulos endossáveis;
- c) As debêntures são títulos de renda fixa;
- d) Os bônus de subscrição conferem ao titular o direito de subscrever ações.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

QUESTÃO N° 19

Sobre o crime de estupro, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) O sujeito passivo só pode ser pessoa do sexo feminino;
- b) Sendo o sujeito passivo “mulher”, é irrelevante que seja a mesma prostituta, freira ou *virgo intacta*;
- c) Para os efeitos da consumação do estupro, é irrelevante que o sujeito ativo atinja o orgasmo, ejaculando;
- d) Exige-se para a consumação do estupro a penetração total do pênis na vagina.

QUESTÃO N° 20

Sobre o crime de atentado violento ao pudor, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) Qualquer pessoa, seja homem, seja mulher, pode ser sujeito passivo;
- b) A consumação do crime dar-se-á quando alcançado o ato libidinoso diverso da conjunção carnal;
- c) É considerado crime hediondo desde que a violência empregada resulte lesões graves ou morte;
- d) O homem que, contemplando mulher que se despe no prédio vizinho, vem a masturbar-se, terá praticado o crime em apreço.

QUESTÃO N° 21

“Aquele que recebe acomodação, vestuário, alimentação e dinheiro de meretriz, desempenha o papel de lombriga no intestino da prostituição, à sombra da qual vive” (TJSP - Ac. - Rel. Des. Carvalho Filho - RT 487/305).

Acerca do v. Acórdão acima, do eg. Tribunal de Justiça de São Paulo, pode-se afirmar que viu-se praticado o crime de

- a) Rufianismo;
- b) Tráfico de mulheres;

- c) Favorecimento da prostituição;
- d) Mediação para servir à lascívia de outrem.

QUESTÃO N° 22

“Mais transparente se torna o ilícito quando, além da exibição do órgão genital, o agente no interior de um coletivo e na presença de muitas pessoas, despudoradamente, tem a ousadia de se masturbar, atingindo o orgasmo e permitindo que os espermatozoides borrifem sobre as vestes de pessoa próxima. Em circunstâncias assim tão comprometedoras, o elemento subjetivo do injusto exsurge com toda nitidez, máxima porque a lubricidade restou iniludivelmente patenteada” (TACRIM/SP - Ac. - Rel. Juiz Silva Pinto - RJD 12/55).

Com base no v. Acórdão acima, do eg. Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, assinale o crime de que o mesmo versa:

- a) Atentado violento ao pudor;
- b) Ato obsceno;
- c) Escrito ou objeto obsceno;
- d) Sedução.

QUESTÃO N° 23

São princípios eminentemente de Direito Penal inscritos na Constituição Federal de 1988, **EXCETO**:

- a) Princípio da legalidade;
- b) Princípio da humanidade;
- c) Princípio da individualização da pena;
- d) Princípio do devido processo legal.

QUESTÃO N° 24

Sobre o crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, é **CORRETO** dizer que:

- a) O sujeito ativo é qualquer pessoa que tenta ou provoca a própria destruição;
- b) Admite no seu tipo subjetivo a forma culposa, passando a ação penal para a competência do juízo singular ou monocrático;
- c) O objeto material coincide com seu sujeito passivo;
- d) Trata-se de crime de perigo, vez que basta a ameaça de ofensa à vida.

QUESTÃO N° 25

Assinale a opção **INCORRETA**:

- a) O sujeito passivo do crime é o titular do bem jurídico tutelado pela norma penal;
- b) O sujeito ativo do crime é a pessoa natural que pratica ou concorre para a prática da ação ou omissão típica;
- c) O objeto material do crime é o interesse jurídico individual, estatal ou coletivo protegido pela norma penal;

- d) A norma penal em branco é um elementar de natureza objetiva, exigindo complementação por meio de outra norma penal ou extrapenal.

QUESTÃO N° 26

Admite-se a liberdade provisória em substituição à:

- a) Prisão em flagrante;
- b) Decisão que nega a unificação de penas na fase de execução penal;
- c) Sentença condenatória irrecorrível;
- d) Prisão preventiva.

QUESTÃO N° 27

No processo penal o Ministério Público atuando como órgão de acusação não poderá interpor os seguintes recursos:

- a) Protesto por novo júri e embargos de declaração;
- b) Protesto por novo júri e embargos infringentes;
- c) Embargos infringentes e recurso extraordinário;
- d) Embargos de nulidade e embargos de declaração.

QUESTÃO N° 28

Com relação a produção de prova, são fatos que não precisam ser provados no Processo Penal, **EXCETO**:

- a) Fatos intuitivos ou evidentes;
- b) As presunções legais;
- c) Excludentes de ilicitude;
- d) Fatos notórios.

QUESTÃO N° 29

Marque a opção **INCORRETA**:

- a) Quanto à forma de interposição, segue a apelação as mesmas diretrizes gerais dos demais recursos previstos no CPP;
- b) É direito do acusado primário e de bons antecedentes apelar em liberdade mesmo sendo revel;
- c) A apelação em regra, possui ambos os efeitos: suspensivo e devolutivo;
- d) Doutrinariamente, admite-se a execução provisória de uma sentença penal condenatória.

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÃO N° 30

Assinale a opção **CORRETA**. A determinação do empregador, de retorno do empregado ao cargo efetivo anteriormente ocupado, deixando o cargo de confiança:

- a) Constitui alteração ilegal do contrato;
- b) Depende de previsão contratual;

- c) Pressupõe motivo socialmente aceitável e, assim, a concordância do empregado;
- d) Encerra direito potestativo do empregador.

QUESTÃO N° 31

Assinale a opção **CORRETA**. Distingue-se a convenção coletiva do acordo coletivo de trabalho:

- a) Pelas partes que os celebram;
- b) Pelo respectivo conteúdo;
- c) Pela homologação por órgão da Justiça do Trabalho;
- d) Pela forma particular ou pública do instrumento.

QUESTÃO N° 32

Assinale a opção **CORRETA**. Considera-se empregado:

- a) Toda pessoa que presta serviços de natureza não eventual a empresa, sob dependência e mediante salário;
- b) Toda pessoa que presta serviços de natureza eventual a empregador, sob dependência desse e mediante salário;
- c) Toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob dependência deste e mediante salário;
- d) Toda pessoa física que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob sua subordinação e mediante remuneração;

QUESTÃO N° 33

Assinale a opção **CORRETA**, quanto à justa causa:

- a) Constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, que constitua concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou quando for prejudicial ao serviço;
- b) Constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a embriaguez do empregado habitual ou em serviço;
- c) Constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador o ato de improbidade do empregado;
- d) Todas as opções acima estão corretas.

QUESTÃO N° 34

Assinale a opção **CORRETA**. Adquire estabilidade provisória o empregado que

- a) Contar com mais de 10 anos ininterruptos de trabalho prestados ao mesmo empregador, ainda que optante pelo regime do fundo de garantia;
- b) Empregado eleito para o cargo de direção de comissão interna de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.
- c) Empregado escolhido pelo empregador como representante da empresa junto à comissão interna de prevenção de acidentes;
- d) Empregado escolhido pelo empregador como representante sindical da

empresa pelo prazo de dois anos.

QUESTÃO N° 35

Assinale a opção **CORRETA**. Os dirigentes sindicais gozam de estabilidade provisória:

- a) Da eleição até noventa dias após o término do mandato;
- b) Da eleição, até após o término do mandato;
- c) Do registro da candidatura até seis meses após o término do mandato;
- d) Do registro da candidatura até uma no após o término do mandato se eleito for, ainda que como suplente.

QUESTÃO N° 36

Assinale a opção **CORRETA**. Empregado de 16 anos, subtraiu bem da empresa:

- a) Não há justa causa, por se tratar de empregado menor;
- b) Não há justa causa, porque menor é penalmente inimputável;
- c) Há justa causa;
- d) Não há justa causa, porque menor é relativamente incapaz.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO N° 37

Se o Presidente da República vetar projeto de lei cuja votação foi concluída na Câmara dos Deputados, o veto:

- a) Será apreciado pela Casa em que a votação do projeto teve início, no prazo de quinze dias contados do seu recebimento;
- b) Será apreciado em sessão da Casa onde a votação foi concluída, no prazo de quinze dias contados do seu recebimento;
- c) Será apreciado pelo Senado Federal, no prazo de trinta dias contados do seu recebimento;
- d) Será apreciado em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, no prazo de trinta dias contados do seu recebimento.

QUESTÃO N° 38

Com pertinência à Constituição da República Federativa do Brasil em vigor assinale a opção **CORRETA**:

- a) É permitida a reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não fruste outra anteriormente convocada para o mesmo local, independente de prévio aviso à autoridade;
- b) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
- c) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de

- investigação criminal e instrução processual penal;
- d) As associações poderão ser dissolvidas compulsoriamente ou ter suas atividades suspensas quando detectada alguma irregularidade em seu funcionamento.

QUESTÃO N° 39

Quanto à organização dos Poderes é **INCORRETO** afirmar que:

- a) O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado, por ele nomeados, que somente poderão ser exonerados com prévia aprovação, por voto secreto, de dois terços dos membros do Senado Federal;
- b) Ocorrendo vacância nos dois últimos anos do período presidencial, a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República será feita pelo Congresso Nacional;
- c) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que é composto por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal e por representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário;
- d) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre brasileiros dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

QUESTÃO N° 40

Quanto ao controle jurisdicional da constitucionalidade das leis no Brasil, é **CORRETO** afirmar que:

- a) O controle jurisdicional da constitucionalidade das leis é exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) A impugnação de lei anterior à vigência da Constituição não pode ser feita através de ação direta de inconstitucionalidade;
- c) Somente podem propor a ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, o Presidente da República e o Procurador-Geral da República;
- d) O controle difuso pode ser exercido pelos Tribunais Superiores da União e pelo Tribunais de Justiça dos Estados.

QUESTÃO N° 41

Sobre a organização da Federação brasileira, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) A constituição brasileira consagra modos verticais e horizontais de repartição de competências;
- b) Os Estados federados têm autonomia política, administrativa e financeira;
- c) Apenas a União e os Estados são titulares de competência privativa;
- d) As normas gerais federais supervenientes, suspendem a eficácia de normas estaduais, aditadas no âmbito da competência concorrente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO N° 42

Tratando-se de desapropriação, **CORRETO** afirmar:

- a) Em um mesmo processo expropriatório, pode ser renovada a alegação de urgência, se presentes os elementos de relevante interesse público, devidamente motivados;
- b) A competência para a desapropriação por interesse social é privativa da União Federal;
- c) O ato declaratório de utilidade pública impede ao proprietário do imóvel a sua alienação a terceiros;
- d) A competência para legislar sobre desapropriação é privativa da União Federal.

QUESTÃO N° 43

Servidor público federal, Pedro acaba de requerer sua aposentadoria no cargo técnico efetivo de Engenheiro. É sua pretensão prestar novo concurso público. Nesse caso, Pedro poderá acumular os seus proventos de aposentadoria com os vencimentos de:

- a) Qualquer outro cargo público da administração estadual ou municipal, apenas;
- b) Qualquer outro cargo público;
- c) Um cargo público de professor ou um cargo técnico ou científico, apenas;
- d) Um cargo de professor, apenas.

QUESTÃO N° 44

Marque a opção **CORRETA**. A extinção de concessão de serviços públicos por interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévia indenização, é hipótese de:

- a) Implemento do prazo contratual;
- b) Decisão judicial ou comum acordo;
- c) Caducidade;
- d) Encampação.

QUESTÃO N° 45

Segundo o texto da Emenda Constitucional n° 20/98, o regime especial de previdência, destina-se:

- a) Aos servidores públicos em geral, admitidos posteriormente à data de EC n° 20/98;
- b) Aos servidores públicos em geral, admitidos anterior ou posteriormente à EC n° 20/98;
- c) Aos servidores efetivos, estáveis ou não, admitidos anterior ou posteriormente à EC n° 20/98;
- d) Aos servidores públicos efetivos, comissionados, temporários e empregados públicos, independentemente da data de admissão.

QUESTÃO N° 46

Determinada indústria, localizada no Município de Araponga, está poluindo a pacata Cidade com fuligem lançada ao ar por suas chaminés. A Associação de Moradores da aludida cidade quer saber que ação judicial poderá porpor para obrigar a empresa a colocar filtros nas chaminés. Você sugere:

- a) Ação de mandado de segurança individual plúrimo;
- b) Ação de mandado de segurança coletivo;
- c) Ação civil pública;
- d) Ação popular.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO N° 47

Assinale a opção **CORRETA**:

- a) Nos termos da CF de 1988, é de competência da lei complementar o estabelecimento de norma gerais da legislação tributária, especialmente sobre a definição de tributos e suas espécies, bem como em relação aos impostos nela discriminados, a definição dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo, contribuintes; a definição ou conceituação de obrigação tributária, lançamento, crédito, prescrição e decadência e o estabelecimento de adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas;
- b) Os Municípios, para atender às despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, poderão instituir empréstimos compulsórios;
- c) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nos termos da CF de 1988, poderão instituir contribuição cobrada de seus servidores, para o custeio em benefícios destes, da casa própria e do ensino gratuito.
- d) Nos termos da CF de 1988, a aplicação dos recursos da arrecadação dos empréstimos compulsórios instituídos pelos Estados e pelo Distrito Federal será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

QUESTÃO N° 48

Ressalvados os casos de lançamento por homologação, o direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados:

- a) Da data da ocorrência do fato gerador;
- b) Da data do lançamento;
- c) Do primeiro dia do exercício em que ocorreu o fato gerador;
- d) Do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorreu o fato gerador.

QUESTÃO N° 49

O contribuinte que pagou indevidamente o tributo tem direito à restituição, salvo na seguinte hipótese:

- a) Erro do próprio contribuinte na identificação da alíquota aplicável;
- b) Pagamento de tributo, em face de lei considerada inconstitucional;

- c) Pagamento espontâneo de tributo maior que o devido, em face de legislação aplicável;
- d) Pagamento de tributo que, por sua natureza, tenha sido transferido a terceiro, sem que este autorize expressamente a restituição.

QUESTÃO N° 50

Assinale a opção **CORRETA**:

- a) Compete à União instituir o Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza, o Imposto sobre Transmissão “*causa mortis*” e doação de bens e direitos e o Imposto Territorial Rural, dentre outros;
- b) A alteração das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Operações de crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) não precisa se dar através de lei, desde que em lei anterior conste previamente definidos os limites da alteração.
- c) A União e os Estados poderão, em caráter residual, instituir impostos não previstos na Constituição, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos demais já discriminados no Texto Constitucional;
- d) O Imposto de Renda será informado pelos critérios da generalidade, na universalidade, da não-cumulatividade e da progressividade.

DIREITO INTERNACIONAL

QUESTÃO N° 51

O Supremo Tribunal Federal, a partir do julgamento do Agravo Regimental na SE nº 7618-8, aplicando o Protocolo de Las Lenãs, tem adotado o seguinte entendimento quanto às sentenças provenientes dos demais países do Mercosul, por via de carta rogatória:

- a) Determinado a remessa da sentença estrangeira para execução pela Justiça Federal, independente de homologação;
- b) Homologado a sentença estrangeira;
- c) Submetido a sentença estrangeira ao processo de *exequatur stricto sensu*;
- d) Determinado o retorno da sentença estrangeira ao estado de origem.

QUESTÃO N° 52

Em uma ação de indenização movida por empresa norte americana contra empresa brasileira, nos Estados Unidos da América, é **INCORRETO** afirmar:

- a) A citação da empresa brasileira dar-se-á conforme a legislação processual americana;
- b) Os trâmites processuais se desenvolvem de acordo com a legislação processual americana;
- c) A sentença proferida pela Justiça americana poderá ser homologada no Brasil independente da forma da citação da empresa Ré;

- d) O direito material aplicável será aquele que o Direito Internacional privado norte americano apontar.

QUESTÃO N° 53

Quanto ao Direito Comercial Internacional é **CORRETO** afirmar:

- a) Os incoterms são modalidades de garantias internacionais;
- b) O crédito documentário é forma de pagamento praticada no comércio internacional
- c) A *joint venture* é um modalidade de procedimento arbitral praticado no âmbito internacional;
- d) O mecanismo de solução de controvérsias da OMC - Organização Mundial de Comércio pode ser acionado por empresas para discutir questões envolvendo contratos internacionais.

QUESTÃO N° 54

Quanto ao mecanismo de solução de controvérsias do Mercosul, é **CORRETO** afirmar:

- a) Somente os Estados-membros tem legitimidade para formular reclamações;
- b) O mecanismo de solução de controvérsias do Mercosul jamais foi acionado;
- c) As decisões definitivas são ditadas por pessoas indicadas pela ONU - Organização das Nações Unidas;
- d) O mecanismo é composto de etapas, passando por negociações diretas, mediação de órgãos do Mercosul e arbitragem.

ESTATUTO DA OAB/CÓDIGO DE ÉTICA

QUESTÃO N° 55

Nas questões abaixo sobre procedimento disciplinar, é **INCORRETO**:

- a) No procedimento disciplinar, o Presidente do Tribunal de Ética, após o recebimento do processo devidamente instruído, designa relator para proferir o voto;
- b) O processo é inserido automaticamente na pauta da primeira sessão de julgamento, após o prazo de 20 (vinte) dias de seu recebimento pelo Tribunal, salvo se o relator determinar diligências;
- c) O representado é intimado pela Secretaria do Tribunal para defesa oral da sessão, com 15 (quinze) dia de antecedência;
- d) A defesa oral é produzida na sessão de julgamento perante o Tribunal, antes do voto do relator, no prazo de 20 (vinte) minutos, pelo representado ou por seu advogado.

QUESTÃO N° 56

Nas proposições abaixo, indique a opção **INCORRETA**.

O estagiário inscrito na OAB, pode praticar isoladamente os seguintes atos, sob a responsabilidade do advogado:

- a) Retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga;
- b) Postular a qualquer Órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais;
- c) Obter junto aos escrivães e chefes de secretarias, certidões de peças ou autos de processos em cursos ou findos;
- d) Assinar petições de juntada de documentos a processo judiciais e administrativos.

QUESTÃO N° 57

Nos procedimentos abaixo, indique a opção **INCORRETA**.

- a) O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação do interessado, que não pode ser anônima;
- b) Recebida a representação, o Presidente do Conselho Seccional ou da Subseção, quando esta dispuser de Conselho, designa relator um dos seus integrantes, para presidir a instrução processual;
- c) No processo disciplinar, na face de instrução, as partes poderão arrolar 10 (dez) testemunhas, as quais serão devidamente intimadas para comparecer em audiência, na data e hora marcada;
- d) O relator pode propor ao Presidente do Conselho Seccional ou da Subseção, o arquivamento da representação, quando estiver desconstituída dos pressupostos de admissibilidade.

QUESTÃO N° 58

Nas proposições abaixo, indique a opção **CORRETA**.

- a) O advogado é obrigado a aceitar a imposição de seu cliente que pretenda ver com ele atuando outros advogados e, aceitar a indicação de outro profissional para com ele trabalhar no processo;
- b) No substabelecimento com reserva de poderes deve o advogado, ajustar antecipadamente seus honorários com o substabelecido;
- c) O substabelecimento do mandato sem reservas de poderes independe do conhecimento do cliente;
- d) O substabelecimento do mandato, com reservas de poderes, é ato pessoal do cliente da causa.

QUESTÃO N° 59

Nas proposições abaixo, indicar a opção **INCORRETA**:

- a) Os honorários de sucumbência dos advogados empregados constituem fundo comum, cuja destinação é dividida pelos profissionais integrantes do serviço jurídico da empresa ou por seus representantes;
- b) Havendo necessidade de arbitramento e cobrança judicial de honorários advocatícios, deve o advogado renunciar ao patrocínio da causa, fazendo-se representar por outro colega;

- c) Ao advogado assiste o direito de compensar ou descontar seus honorários dos valores que devam ser entregues ao constituinte ou cliente, independentemente de previsão contratual ou autorização;
- d) O advogado deve evitar o aviltamento de valores dos serviços profissionais, não os fixando de forma irrisória ou inferior ao mínimo fixado pela tabela de honorários, salvo motivos plenamente justificado.

QUESTÃO N° 60

Nas proposições abaixo, indique a opção **CORRETA**.

São direitos do advogado:

- a) Abandonar a causa sem motivo justo ou antes de decorrido 10 (dez) dias da comunicação de sua renúncia;
- b) Estabelecer entendimento com a parte adversa sem autorização do cliente ou ciência do advogado contrário;
- c) Recusar-se a prestar, sem justo motivo, assistência jurídica quando nomeado em virtude de impossibilidade da Defensoria Pública;
- d) Comunicar-se com seus colegas, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.

**Comissão de Estágio e Exame de Ordem
GABRITO OFICIAL
EXAME DE ORDEM / AGOSTO 2001
1ª ETAPA / PROVA OBJETIVA**

1.C	21.A	41.C
2.C	22.B	42.D
3.B	23.D	43.D
4.D	24.C	44.D
5.C	25.C	45.C
6.C	26.A	46.C
7.B	27.B	47.A
8.A	28.C	48.D
9.D	29.D	49.D
10.B	30.D	50.B
11.C	31.A	51.C

12.C
13.B
14.C
15.D
16.A
17.C
18.B
19.D
20.D

32.C
33.D
34.B
35.D
36.C
37.D
38.C
39.A
40.B

52.C
53.B
54.D
55.D
56.B
57.C
58.B
59.C
60.D

BOA SORTE!!!